



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

22 de agosto de 2019

Diário Catarinense
Capa e Política

“Governo e produtores debatem tributação”

Governo e produtores debatem tributação / Agrotóxicos / Isenção fiscal /
Governador / Carlos Moisés da Silva / PSL / Engenheiro Agrônomo /
Professor / Rubens Nodari / Curso de Agronomia / UFSC / Universidade
Federal de Santa Catarina



Governo e produtores debatem tributação

Reunião marcada para hoje coloca governador e setor agropecuário frente a frente para discutir isenção fiscal a defensivos agrícolas em SC

JEAN LAURINDO

jean.laurindo@somossc.com.br

A reunião entre o governador Carlos Moisés da Silva (PSL) e representantes do setor agropecuário, marcada para hoje, é o mais novo episódio a movimentar a discussão sobre a retirada ou não do incentivo fiscal concedido a agrotóxicos e insumos agrícolas.

A agenda foi confirmada após o governador receber deputados estaduais para debater o assunto na semana passada. Na próxima sexta-feira termina o prazo para o governador se manifestar sobre o projeto aprovado pela Assembleia Legislativa (Alesc) que tenta prorrogar benefícios como a isenção de ICMS de agrotóxicos até o dia 31 deste mês.

A mudança na alíquota de ICMS para agrotóxicos em Santa Catarina, que passou de 0% para 17% no início de agosto, foi uma das alterações no imposto estadual que entrou em vigor em julho. A cobrança vem causando reações por parte do setor produtivo agrícola. Na semana passada, em entrevista ao jornal "Folha de

S.Paulo", Moisés reafirmou a intenção de tributar os defensivos e chegou a chamar de "ex-crescência" o ato de conceder incentivo a esses produtos. Foi o suficiente para reacquecer de vez a polêmica. O setor reagiu, questionou o conhecimento do governador sobre o ramo e afirmou que a medida prejudica Santa Catarina.

A discussão sobre a tributação se confunde com o próprio debate sobre o uso de agrotóxicos na agricultura do Estado. De um lado, o governo sustenta que é preciso tributar por causa do impacto que os agrotóxicos provocam e para desestimular o uso, forçando outras alternativas como a produção orgânica e o uso de bioinsumos. De outro, lideranças do setor agropecuário reagem sustentando que isso vai elevar o custo de produção, tornar os itens agrícolas catarinenses mais caros que os gaúchos e paranaenses, onde ainda existe isenção de ICMS, e que podem até estimular o comércio ilegal de defensivos.

O governador Carlos Moisés já afirmou em entrevistas que tem como posição pessoal a necessidade de tributar os agrotóxicos e, em nota, reafirmou que no caso desses produtos não

pretende recuar na intenção de cobrar alíquota cheia de ICMS.

Na entrevista ao jornal "Folha de S.Paulo", o governador ainda disse que "qualquer pessoa que raciocine um pouco, que saia do padrão mediano, vai entender que não se pode incentivar o uso [de agrotóxico]". O governador sustentou ainda que o impacto no preço dos alimentos seria apenas de 2% a 3%.

INCENTIVO AO CULTIVO ORGÂNICO

A medida seria um incentivo ao cultivo orgânico de alimentos, que o governador também defendeu em entrevista. No Estado, para estimular o cultivo orgânico de alimentos há distribuição de kits com insumos, adubos e fertilizantes. A decisão de tributar os agrotóxicos recebe apoio de especialistas como o engenheiro agrônomo Rubens Nodari, professor de Genética e Melhoramento do curso da Agronomia da UFSC. Segundo ele, a medida pode ser um passo na direção do controle do uso dessas substâncias, que têm efeitos adversos não apenas para os organismos que os produtos visam combater.

Com o fim dos incentivos, os produtores rurais passaram a pagar

17% de ICMS na compra de insumos, incluindo agrotóxicos.

AGROTÓXICOS: O QUE PODE MUDAR

EM SANTA CATARINA

- Com o fim dos incentivos, produtores passaram a pagar 17% de ICMS na compra de insumos, incluindo agrotóxicos usados nas plantações. De 2001 até julho deste ano o produto era isento deste imposto estadual.
- A nova alíquota já foi aplicada em 1º de agosto, quando entraram em vigor os decretos publicados no ano passado extinguindo benefícios fiscais como os concedidos aos agrotóxicos. No entanto, um projeto de lei aprovado na Alesc tenta suspender os efeitos dos decretos até o final do mês.
- Essa legislação precisa da sanção do governador para ter validade até o dia 31, o que até esta segunda-feira ainda não ocorreu. Na quinta-feira, Moisés se reúne com representantes do setor agropecuário para discutir o tema. O prazo para se sancionar ou vetar o projeto de lei vence na sexta-feira.

• Além da sanção, há pressão para que o governo do Estado apresente outro projeto de lei com mudanças mais favoráveis aos segmentos que perderam o benefício no início do mês.

Possíveis consequências, segundo o Estado

• Desestímulo ao uso dessas substâncias nas plantações do Estado, incentivando adesão a outras modalidades de proteção de cultivo que não utilizem ou reduzam os defensivos.

Possíveis consequências, segundo produtores:

- Produtores poderiam optar por compras no Paraná e Rio Grande do Sul, onde os defensivos agrícolas são isentos de imposto estadual.
- Produtores desses estados também poderiam praticar preços mais baixos nos pontos de venda em Santa Catarina, tornando-os mais competitivos que os próprios produtos de SC e inviabilizando a produção local.

• Comércio ilegal de agrotóxicos vendidos no Paraguai também poderiam aumentar, elevando necessidade de fiscalização.

NO BRASIL

- A discussão sobre mudanças na tributação de ICMS de agrotóxicos em SC, governada por Carlos Moisés (PSL), ocorre em um período em que o governo federal, liderado por Jair Bolsonaro, do mesmo partido do governador, adota uma política mais flexível de liberação de novos registros de defensivos. Em julho, foram autorizados mais 51 agrotóxicos. Com isso, chega a 262 o número de novos produtos do tipo permitidos pelo país neste ano.
- A tentativa de tributar os agrotóxicos, em oposição à linha mais flexível com os defensivos que ocorre no governo Bolsonaro, chegou a render críticas de deputados do PSL ao governador Carlos Moisés em uma das votações sobre os incentivos fiscais na Alesc.

Medida fiscal preocupa setor

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faescc), José Zeferino Pedrozo, em artigo enviado à imprensa na semana passada, rebateu as críticas sobre o uso dos defensivos como algo “próprio de quem nunca colocou o pé na zona rural”. Após a entrevista de Moisés à Folha, divulgou carta aberta com mais críticas ao governador, questionando o conhecimento dele do ramo e afirmando que a mudança será ruim para o Estado.

Para o dirigente, os defensivos não são “venenos”, mas sim “remédios” para as plantas, e são indispensáveis para obter altos níveis de produtividade de forma segura e contínua. Pedrozo afirma que não existe uso exagerado de defensivos simplesmente porque seria “caro, desnecessário e irracional”.

O diretor-executivo da Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Fecoagro), Ivan Ramos, também foi incisivo nas críticas ao governador em semana passada, afirmando que Moisés não estaria ouvindo nem os técnicos do governo por questões ideológicas e que a tributação irá elevar o preço dos alimentos.

Pedrozo acrescenta ainda para o fato de que a tributação envolve não apenas os agrotóxicos, mas todos os insumos usados na produção rural, excetuando vacinas e medicamentos veterinários, e que por isso representaria um “golpe mortal” sobre algumas atividades como lavouras de milho, soja, feijão e arroz, que segundo ele se tornariam deficitárias.

TRIBUTAÇÃO TRAZ CONSEQUÊNCIAS

Como possíveis consequências caso a tributação seja mantida, Pedrozo lista o aumento dos custos de produção no campo e a perda da competitividade com produtos de outros estados. Isso porque Paraná e Rio Grande do Sul, por exemplo, ainda mantêm a isenção de impostos estaduais e, segundo o dirigente, poderiam chegar ao mercado catarinense com preços menores que os itens locais.

Haverá uma corrida em massa para a compra de insumos no Paraná e no Rio Grande do Sul. O governo provocará inflação nos preços dos alimentos, inviabilizará cadeias produtivas, causará desemprego e provocará queda nas expor-

tações catarinenses – previu o presidente da Faesc no artigo à imprensa.

O deputado estadual José Milton Scheffer, que é engenheiro agrônomo e presidente da Comissão de Agricultura da Alesc, acrescenta ainda à lista de possíveis consequências um aumento no contrabando de agrotóxicos, que hoje já responde por 10% a 20% dos produtos, segundo o deputado. Isso porque além dos estados vizinhos, os agricultores poderiam ser atraídos por defensivos vendidos no Paraguai. Nesse caso, haveria mais trabalho para a fiscalização e até o impacto ambiental poderia ser maior, já que os produtos viriam sem recomendação técnica e acompanhamento.

– Pode acontecer de, em vez de ajudar, acabarmos trazendo prejuízo com produtos que já não estão mais recomendados para uso no Estado – alerta o parlamentar.

ALESC TENTA ARTICULAÇÃO

Entre isentar ou tributar os 17% de ICMS sobre os agrotóxicos, a comissão de Agricultura da Alesc tenta articular uma saída. O deputado estadual José Milton Scheffer (PP) defende que além das possíveis consequências ruins para o setor, a mudança na tributação veio em um momento ruim. Isso porque os produtores rurais estão em início da safra de grãos e a indefinição deixa os agricultores sem saber quanto pagarão pelos insumos para o período de plantio que está para começar.

Em função disso, a comissão defende que o governo mantenha a isenção agora e deixe para discutir o assunto em maio do ano que vem. É nesta data que todos os Estados vão discutir a renovação ou não do Convênio 100 do Confaz, que define normas nacionais sobre cobranças de ICMS nos estados.

– Em maio seria possível fazer uma discussão lateral com todos os estados. Pode cobrar do defensivo, desde que seja igual aos demais estados. Por exemplo, 10% de todos os estados, seria tranquilo, o agricultor não vai ter tanto prejuízo, não vai buscar em outro local. É um caminho que o governo tem para, de repente, não prejudicar o setor agora e adotar tributação a partir de maio – avalia.

Fiscalização acompanha uso em 180 mil propriedades

Desde 2017, a fiscalização sobre o uso de agrotóxicos em Santa Catarina cabe à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), órgão ligado à Secretaria de Agricultura do governo do Estado.

Para adquirir o defensivo, o agricultor precisa de uma prescrição emitida por um engenheiro agrônomo ou técnico agrícola. Esse atestado é apresentado em agropecuárias para a compra dos produtos, que são diferentes para cada tipo de cultivo e cada ameaça às plantas.

A fiscalização da Cidasc ocorre no universo de 180 mil propriedades rurais existentes no Estado e verifica pontos como local de aquisição do agrotóxico, emissão de nota fiscal, utilização de equipamentos de segurança e se o uso está dentro das normas do receituário. A chamada logística reversa, que consiste na devolução das embalagens vazias para os fabricantes, e a rastreabilidade de alimentos, que permite identificar de qual propriedade partiu cada carga de alimentos, são considerados avanços na fiscali-

zação da atividade agrícola.

Por ano, são feitas de 4 a 5 mil fiscalizações. Há três meses, o órgão dispõe de um sistema com informações digitalizadas sobre toda a cadeia, incluindo o comprador, o técnico responsável pela prescrição, quantidades e princípio ativo. A novidade, segundo o engenheiro agrônomo e gestor da Divisão de Fiscalização e Insumos Agrícolas da Cidasc, Matheus Fraga, ajuda a monitorar situações fora da normalidade, como uso de substâncias fora da época de plantio de determinado produto.

Segundo números do profissional, o Estado tem 1,2 milhão de receitas emitidas anualmente e 900 estabelecimentos comerciais que vendem defensivos. Por ano, 25 mil toneladas de agrotóxicos são comercializadas em território catarinense.

– Nosso trabalho não é ser contra, mas é buscar o uso correto do agrotóxico. Assim vai ter menos acidente de trabalho, menos contaminação de agricultura, menos água de torneira contaminada, porque vai estar se usando dentro das normas técnicas – avalia Fraga.

MP monitora resíduos de defensivos na água

Estudos recentes mostraram resíduos de agrotóxicos na água que chega aos catarinenses. Em março deste ano, análise feita a pedido do Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC) em parceria com Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (Aris) e a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (Aresc) atestou que 22 municípios do Estado recebiam nas torneiras água com resíduo de agrotóxicos. Por outro lado, os defensivos são encarados como essenciais para garantir a produção em larga escala no setor agrícola e manter tanto o abastecimento quanto os resultados em geração de emprego e exportação que fazem do setor o responsável por 30% do PIB do Estado.

A contaminação da água e do solo são alguns dos prejuízos causados pelo uso dos defensivos citados pelo engenheiro agrônomo Rubens Nodari, professor de Genética e Melhoramento do curso da Agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Segundo o professor, o caminho a

ser buscado precisaria ser o da produção orgânica, com mais investimento em pesquisa nessa direção. Algumas características do modelo atual de agricultura em voga no país, no entanto, dificultam esse caminho. Um exemplo, segundo Nodari, é a monocultura. Conforme o professor, se um fungo consegue atacar uma planta, é capaz de destruir todos os hectares da propriedade. Ele aponta que estudos já mostraram que plantar duas variedades diferentes do mesmo produto, de forma intercalada, já aumentaria em 50% a produção pela redução de perdas.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), José Walter Dresch, no entanto, questiona a viabilidade do modelo em larga escala. Em resposta às declarações do governador, o dirigente disse que a entidade nunca fez propaganda de agrotóxico e que faz um trabalho de incentivo à produção orgânica, mas disse que a postura do governador está equivocada.



O GOVERNO PRECISARIA INVESTIR EM PESQUISA PARA PRODUZIR SEM AGROTÓXICO, POIS ATUALMENTE ISSO É IMPOSSÍVEL EM GRANDE ESCALA

JOSÉ WALTER DRESCH

Presidente da Fetaesc

Notícias do Dia
Capa e Cidade
"Boi de mamão é patrimônio"

Boi de mamão é patrimônio / Folclore / Cultura popular / Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível de Florianópolis / Fundação Franklin Cascaes / Parecer / Museólogo / UFSC / Gelci José Coelho / Peninha / Professor / Nereu do Vale Pereira

Boi de mamão preservado
Folguedo declarado bem cultural ou imaterial de Florianópolis. **PÁGINA 4**

No dia dedicado ao folclore, o folguedo será declarado bem cultural ou imaterial de Florianópolis. Onze grupos se apresentam às 12h30 na praça 15, antes de assinatura do ato, na prefeitura

Boi de mamão é patrimônio

FOTOS DIVULGAÇÃO/BOI DE MAMÃO DO CAMPECHE/ND

Esforço de preservação da cultura popular, no dia 22 de agosto, comemora-se o Dia do Folclore. É nesta data que Florianópolis dá um passo na valorização dessas manifestações. Hoje, o folguedo folclórico do boi de mamão será declarado Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível de Florianópolis. A assinatura ocorre às 14h30, no gabinete do prefeito Gean Loureiro. Antes, às 12h30, uma apresentação reunirá onze grupos de boi de mamão na praça 15 de Novembro.

Previsto na Lei nº 7667 de 27 de junho de 2008, que institui a política municipal de proteção ao patrimônio cultural e regulamentada por portaria, a proposta de registrar a manifestação veio de Cláudio Agenor de Andrade, coordenador do Conselho/ Associação dos Grupos de Bois de Mamão do Município de Florianópolis.

Foram realizados estudos técnicos, históricos e antropológicos, desenvolvidos pela

equipe técnica da Fundação Franklin Cascaes, que ganhou pareceres do professor historiador e museólogo da UFSC Gelci José Coelho (Peninha); do sociólogo historiador folclorista e professor da UFSC na área de ciências sociais Nereu do Vale Pereira e do estudioso da cultura de tradição oral da Ilha, técnico em atividades culturais da PMF, João Batista Costa.

SÍMBOLOS E CANTORIAS

O folguedo folclórico do boi de mamão é uma das manifestações culturais mais significativas da cultura popular catarinense. Presente em todo litoral catarinense, é em Florianópolis que se concentra o maior número de grupos. O principal personagem é o boi, abordando o tema da morte e ressurreição, é uma brincadeira alegre que envolve personagens simbólicos em uma cantoria contante.



O grupo de Boi de Mamão do Campeche, que nasceu em 1989 e foi fundado depois, é um dos mais tradicionais

De projeto cultural a grupo

Um dos grupos mais tradicionais da cidade é Boi de Mamão do Campeche. Ele surgiu em 1989, a partir de um projeto cultural da Fundação Franklin Cascaes, na Escola Básica Brigadeiro Eduardo Gomes, e foi fundado em 1996, por Rogério Isauro Martins, o "Teco". Atuante na tradição, Rogério Martins chefia a confecção dos figurinos e personagens, além

de ser um dos principais dançarinos. O grupo reúne tradição e juventude. Seu diferencial é contar majoritariamente com a presença de jovens da comunidade na dança. Num período posterior, já no início dos anos 2000, houve a entrada de novos integrantes Lucas das Chagas, que toca percussão, e Robson Correa, atualmente sanfoneiro e chamador da cantoria.

Enfoque Popular Geral

“Falta de pagamento deixa Unisul/UFSC no escuro”

Falta de pagamento deixa Unisul/UFSC no escuro / Jardim daS Avenidas /
Araranguá / Universidade Federal de Santa Catarina / Celesc

Falta de pagamento deixa Unisul/UFSC no escuro

Atraso no pagamento da fatura ocasionou o corte da energia na manhã desta quinta-feira. O serviço foi restabelecido às 16h20



Araranguá
Da Redação

Os alunos da Unisul/UFSC foram pegos de surpresa com uma situação nada agradável na manhã desta quinta-feira. Por falta de pagamento, o abastecimento de energia elétrica foi interrompido no prédio onde as universidades funcionam. São 10 mil metros quadrados da unidade que fica no bairro Jardim das Avenidas, em Araranguá, sendo que hoje, 50% da área está cedida em regime de condomínio para Universidade Federal de Santa Catarina.

Como a conta não foi paga pela responsável, a Unisul, o corte também atinge a UFSC. A Reitoria da universidade federal buscou a interferência do governador para que a energia fosse religada e houvesse um prazo para que o débito fosse quitado.

O corte ocorreu por volta das 11 horas da manhã, o que não prejudicou as aulas no período matutino. As aulas durante a tarde que necessitassem de aparelhos elétricos foram canceladas.

Houve recentemente a terceirização do

corte de quem está inadimplente e uma empresa terceirizada é quem executa o serviço para a Celesc.

Atualmente a UFSC utiliza metade dos 10 mil m² de área da Unisul. As despesas do Campus são elencadas em um processo, conforme padrão de exigência federal. “São levantados os gastos com o consumo de água, energia elétrica e telefone (entre outras despesas) e todas encaminhadas para a Pró-Reitoria, em Florianópolis. Depois, o setor de Planejamento faz o pagamento para o condomínio (no caso, à Fundação Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina é quem administra)”, explica o diretor da UFSC, professor Eugênio Simão.

Hoje o aluguel pago à Fundação Unisul é de R\$ 7,00 por metro quadrado. Como a UFSC utiliza aproximadamente 5 mil m² é valor está na casa de R\$ 35 mil mensais, além do rateio das despesas, que é feito proporcionalmente ao uso.

A conta é paga de maneira conjunta.

Como ela não foi realizada pela Fundação, o corte foi feito pela Celesc e prejudicou não somente a Unisul (universidade comunitária), como a UFSC, que é federal, e que está com as contas em dia.

O temor da reitoria era quanto ao prejuízo que o corte de energia poderia trazer às pesquisas da entidade. “Não podemos ficar sem gela-

deira e freezers. Uma cultura biológica, por exemplo, que precisa ter controlada temperatura, dependendo da linhagem pode se perder em até de 1 a 2 horas”, disse Simão na ocasião do corte.

Eram 16h20 quando a energia foi restabelecida no Campus. Acredita-se que não houve nenhuma perda para o material de pesquisa dos cerca de 1.300 alunos da UFSC.

A Unisul só foi informada do corte de energia no início da tarde, mas por orientação da direção de comunicação, localizada em Tubarão, não foram dadas maiores informações à imprensa, visto que a situação já estava se resolvendo.

Diário Catarinense
Ânderson Silva
"Nova função"

Nova função / Érika Mialik Marena / Delegada / PF / Operação Ouvidos
Moucos / UFSC / Conselho Deliberativo da Unidade de Inteligência
Financeira / Coaf

NOVA FUNÇÃO
Érika Marena,
delegada da PF
que deflagrou a
operação Ouvidos
Moucos na UFSC e
começou a ope-
ração Alcatraz, foi
indicada para o
cargo de conse-
lheira do Conselho
Deliberativo
da Unidade de
Inteligência
Financeira, o novo
Coaf.

Enfoque Popular
Everaldo Silveira
"10 Anos da UFSC"

10 Anos da UFSC / Moção de Reconhecimento / Universidade Federal de
Santa Catarina / Araranguá / Igor Batista Gomes / Eugênio Simão

10 ANOS DA UFSC

Na sessão de quarta-feira (21), a Câmara de Vereadores, foi entregue uma Moção de Reconhecimento à Universidade Federal de Santa Catarina pelos 10 anos de implantação do Campus em Araranguá. A homenagem é de autoria do vereador, Igor Batista Gomes, e quem recebeu foi o diretor do campus, Eugênio Simão, que aproveitou para pedir o apoio para intensificar a força política em favor da universidade. Além disso, anunciou que o campus quer ser referência nas áreas de tecnologia, inovação e saúde.

CLIPPING DIGITAL

[Prêmio vira desagravo a cientistas temerosos com governo Bolsonaro](#)

[Professor Calixto, da UFSC, recebe 1º Prêmio CBMM de Ciência e Tecnologia](#)

[Editora UFSC lança livro com artigos de sociologia da educação de Pierre Bourdieu](#)

[Vestibular UFSC e UFFS 2020: divulgado cronograma do concurso unificado](#)

[No Dia do Folclore, boi de mamão vira patrimônio imaterial em Florianópolis](#)

[Governo de SC e setor agropecuário discutem impasse sobre ICMS de agrotóxicos](#)

[Araranguá em clima de Agosto Cultural](#)

[Araranguá promove mais uma edição do Agosto Cultural](#)

[Pedro Uczai defende recomposição de R\\$ 56 milhões para Santa Catarina](#)

[Santa Catarina busca Indicação Geográfica do Mel de Melato da Bracatinga](#)

[Nova função](#)

[GranFlavor, da Duas Rodas, é eleito o Ingrediente Mais Inovador na FI Innovation Awards 2019](#)

[Maconha vira matéria na Faculdade de Veterinária da UFSC](#)

[Ylmar Corrêa Neto e Clara Fernandes em conversa com o público no MASC](#)

[Seminário catarinense quer resgatar importância da Ciência na escola](#)

[Maconha vira matéria na Faculdade de Veterinária da UFSC](#)

[Dia de apagão! UFSC tem energia elétrica reestabelecida](#)